
A crítica da cobertura jornalística sobre a violência de gênero¹

Juliana Freire BEZERRA²

Gabriela Braga SCHANDER³

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Resumo

Este artigo tem como objeto de estudo a cobertura jornalística acerca da violência de gênero e a crítica sobre a temática elaborada por estudantes de escolas públicas. O material empírico é composto por falas/intervenções das/os alunas/os e nove conteúdos jornalísticos apresentados durante as rodas de conversa do primeiro encontro de 2019 do projeto “Educação para Crítica de Mídia nas Escolas Públicas”. Objetiva-se aqui: a) analisar os conteúdos jornalísticos selecionados pelas pesquisadoras; b) sistematizar os “núcleos de sentido” provenientes das falas das/os alunas/os sobre a cobertura jornalística referente à temática. Para tanto, combinamos a perspectiva de análise Crítica de Mídia à Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), cunhada por Silva e Maia (2011); e à Análise de Conteúdo (AC) sob a ótica de Bardin (2011).

Palavras-chave: Jornalismo; Crítica de Mídia; Violência de Gênero.

Introdução

A atribuição de selecionar quais acontecimentos se tornarão visíveis para o debate público e como serão significados conduz a mídia a uma posição de destaque nas disputas políticas e culturais que ocorrem no interior das sociedades (GOMES; MAIA, 2011). No caso do jornalismo, seu duplo posicionamento, ora agindo como negócio em busca de lucro, ora como serviço público em defesa do bem comum em sociedades democráticas (MCQUAIL, 2012), torna o entendimento destas disputas ainda mais complexo. Isso se dá, de acordo com Marques de Melo (1985), porque:

o sistema de comunicação de massa desempenha um papel de educador coletivo, permitindo o acesso a um certo tipo de conhecimento que vincula os indivíduos à sua contemporaneidade, mas ao mesmo tempo orienta a sua percepção para apreender significados compatíveis com a ideologia dominante (MARQUES DE MELO, 1985, p. 10).

Ao observar que em países em desenvolvimento como o Brasil, grandes empresas de comunicação são geridas pelo setor privado e fiscalizadas historicamente por um estado que privilegia preponderantemente questões econômicas em detrimento de sociais, torna-se evidente que a ideologia econômica liberal e a cultura hegemônica que dela deriva são quem conduz, em grande parte, as narrativas midiáticas (MARQUES DE MELO, 1985). Em virtude deste contexto e a fim de atingir melhor ação na esfera pública

¹Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

²Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, e-mail: juliana_freire6@hotmail.com.

³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, e-mail: gabischander@gmail.com.

política em defesa dos anseios das minorias políticas, as/os cidadãs/os precisam dispor de uma formação crítica de como se dá o processo de construção discursiva na esfera midiática. O entendimento deste processo não garante por si só que a mudança contra privações sociais e o reconhecimento de direitos aconteça, mas é uma ferramenta importante para orientar a luta política e cultural pela democratização social.

A educação para a leitura crítica da mídia pressupõe, ainda, o entendimento das entrelinhas presentes nos discursos midiáticos e na realidade referenciada por eles. Como Marques de Melo (1985) lembra, esta educação parte de perspectiva pedagógica-política similar à apreciada por Paulo Freire (2011), a qual consiste em estimular a leitura crítica do mundo para então fomentar a leitura crítica da palavra. É a essa perspectiva de capacitação crítica que se propõe o projeto de extensão “Educação para Crítica de Mídia nas Escolas Públicas”, ligado ao Observatório da Ética Jornalística (ObjETHOS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Junto à/aos estudantes de ensino médio de escolas públicas da região metropolitana de Florianópolis, o projeto de extensão⁴ visa discutir a atuação jornalística brasileira e local sobre determinados temas de interesse público. Formado por uma equipe de professores, graduandas e pós-graduandas/os em Jornalismo da UFSC, propõe a perspectiva dialógica freiriana como metodologia dos encontros com as/os estudantes, visando que todas/os, por meio do diálogo, avancem em uma reflexão crítica sobre o jornalismo e de como ele interfere nas disputas sociais de sentido.

Para fins deste artigo, selecionamos da discussão “feminismo e questões de gênero”, realizada nas escolas E.E.B Governador Ivo Silveira, em Palhoça (SC) e E.E.B Professora Maria José Barbosa Vieira/Escola Jovem de São José (CEMAJOBA), em São José (SC), apenas a temática da violência de gênero. Esse assunto, além de ser um dos mais demandados pelas/os estudantes, é algo constante na realidade brasileira. Segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), 500 mulheres foram agredidas fisicamente no Brasil a cada hora, totalizando 1,6 milhão que foram espancadas ou sofreram tentativas de estrangulamento durante o ano de 2018. Este alto índice de violência no país dialoga diretamente com o estudo divulgado pelo Escritório das Nações

⁴Com planejamento feito durante o ano de 2016 pela equipe ligada ao ObjETHOS, o projeto efetivou parceria com a Coordenadoria Regional de Ensino de Florianópolis, por meio da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina no início de 2017. Começou a ser implantado nas escolas públicas no segundo semestre daquele ano e até o primeiro semestre de 2019 346 estudantes de segundos e terceiros anos do ensino médio foram atendidas/os em sete escolas públicas da região metropolitana de Florianópolis.

Unidas para Crime e Drogas (UNODC) no final do ano passado, em que é verificado que a taxa de feminicídio no Brasil é maior em 74% que a média mundial.

Pela relevância deste tema, nosso intuito aqui é realizar: a) análise crítica da cobertura jornalística sobre a questão da violência de gênero, a partir do material selecionado pela equipe do projeto de extensão para as rodas de conversa e b) interpretar e categorizar, como as/os estudantes avaliam a cobertura jornalística a partir de suas falas/intervenções. Para responder a primeira questão, combinamos aporte metodológico proveniente da Crítica de Mídia à Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) cunhada por Silva e Maia (2011). Já para segunda, aliamos a Crítica de Mídia à Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2011).

1. Normalização da Violência

De modo central para composição deste artigo está o conceito de violência de gênero. Ainda que haja diferentes abordagens teóricas sobre esse conceito (SANTOS; IZUMINO, 2005), filiamo-nos à perspectiva adotada por Saffioti (2015) a qual a violência de gênero é caracterizada a partir de sua derivação de uma organização social do gênero. Isto é, embora independam se os atos foram praticados por qualquer um dos gêneros, a ocorrência maior é de violência de homens contra mulheres.

Esse quadro ocorre em razão da desigualdade de gênero ser construída a partir de estruturas de poder e da tradição cultural que privilegiam o masculino. Nesse sentido, "[...] o significado de violência - que atribui o sentido de danos, abusos e lesões a determinadas ações - é constituído historicamente e depende do poder de voz daqueles que participam do jogo democrático" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 166). Assim, em uma disputa que busca ressignificar sentidos a priori estáveis e permanentes, o movimento feminista, a partir da década de 1970, passa a demandar os embates sobre o significado de violência, mobilizando argumentos intrínsecos à realidade das mulheres.

A partir da constituição desse espaço de disputa de sentidos, o movimento feminista produziu mudanças normativas que enfrentou embates políticos, legislativos e jurídicos. Por meio do processo de “judicialização das relações sociais” (RIFIOTIS, 2015) resultou, portanto, o reconhecimento e legitimidade da violência de gênero.

Nessa arena de discussão, a mídia torna-se um elemento estratégico na produção simbólica de violências (RIFIOTIS, 1999). O discurso jornalístico, em especial, torna-se um dispositivo que constrói e naturaliza gêneros. No caso específico da violência, a constitui de forma a retratar a/o “outra/o”, construindo-a/o textualmente (PEREIRA,

2009). Dessa forma, é preciso "[...] atentar sobre a linguagem e representações, pois tão importante quanto a invisibilidade é a forma como se dá visibilidade a determinados assuntos e atores/atoras sociais" (CERQUEIRA; CABECINHAS, 2015, p. 40).

A literatura sobre a temática aponta que a mídia jornalística em geral, ao relatar a violência de gênero - e em específico contra mulher -, torna o tempo-espaço abstrato e anistórico. É como se as envolvidas sofressem um “jogo do destino” (PEREIRA, 2009, p. 493), sem vinculação alguma entre espaço-personagem, sendo sujeitas não constituintes. Dessa forma:

o processo de indistinação naturaliza a violência, subsumindo, por exemplo, os crimes de gênero numa miríade de outros crimes e de outras formas de violência. Indistinação que esconde o rastro de gênero dos discursos, reforçando a ideia de um narrador neutro e equânime, escondendo sua participação na comunicação – que também gera violência (PEREIRA, 2009, p. 494).

Ao passar a existir somente em razão do crime, independentemente se ocupam a posição de vítimas ou agressoras, são transformadas em agentes passivas e à margem no próprio discurso. Pereira (2009) afirma que essa sucessão de histórias, descontextualizadas de sua espacialidade e temporalidade, culminam em uma naturalização da violência tanto em forma de crime quanto simbólica. Assim, essas violências passam a ocupar o lugar das trivialidades no discurso jornalístico.

Além da estratégia midiática de destituir a mulher de sua humanidade e contexto histórico, tornando-a mais uma vítima de assassinato dentre tantos outros que ocorrem diariamente, e o crime de gênero de sua especificidade social (CERQUEIRA; CABECINHAS, 2015), Cardoso e Vieira (2014) apontam para outra forma de normalizar a violência de gênero. Esta parte de estratégia discursiva diferenciada da anterior porque fomenta a ideologia hegemônica masculina de dominação sobre a mulher por meio da culpabilização da vítima e do gradual distanciamento da relação entre o agressor e a ação da violência. Isso é realizado, sobretudo, pelo uso de estereótipos negativos para caracterização da vítima ou da circunstância em que esta se encontrava, além do pouco enfoque destinado às ações do agressor no texto. Assim, escolhas referentes à contextualização do acontecimento e à caracterização das personagens revelam indícios da possível normalização da violência pelo jornalismo.

2. Crítica de Mídia: caminho metodológico

A crítica de mídia advém, segundo Braga (2006), de três fontes principais, cada qual com sua abordagem interpretativa: a acadêmico-científica, a jornalística e a social-popular. As duas primeiras geralmente são classificadas como críticas especializadas

porque realizam uma interpretação sistematizada da mídia. Já a última se refere a redes difusas de interpretação social sobre os produtos midiáticos, que são realizadas por meio de sistemas de *accountability*, projetos educativos para crítica de mídia, cartas de leitor, colunas de *ombudsman*, dentre outras.

Este artigo situa-se na zona de interseção entre crítica de mídia científico-acadêmica e social-popular. Isso porque emprega-se aqui o duplo esforço de: a) criticar, a partir de abordagem acadêmica, a cobertura jornalística sobre questões de violência de gênero, apresentada pelas pesquisadoras deste trabalho no projeto “Educação para Crítica de Mídia nas Escolas Públicas” e b) interpretar a crítica de mídia realizada por estudantes das escolas públicas atendidas, configurando o que podemos denominar de uma “metacrítica”, ou seja, uma interpretação crítica da crítica anteriormente realizada.

2.1 Análise de Cobertura Jornalística (ACJ)

Para analisar a cobertura noticiosa apresentada⁵ no primeiro encontro do semestre de 2019 nas rodas de conversa sobre violência de gênero e contra mulher, tomamos como base o protocolo metodológico de ACJ cunhado por Silva e Maia (2011). Essa metodologia foi escolhida em razão de as categorias analíticas de identificação das marcas discursivas presentes nos conteúdos jornalísticos auxiliarem-nos no entendimento das escolhas e práticas realizadas por jornalistas na composição dos conteúdos noticiosos. Além disto, permite visualizar aspectos da produção de sentido dos textos em relação ao contexto social que fazem parte. Selecionamos do protocolo de ACJ apenas as categorias mais pertinentes para este estudo, readequando-as (inclusive para o online) quando necessário.

As perguntas norteadoras desta primeira fase do trabalho foram: Há diferença entre coberturas noticiosas assinadas por mulheres, homens ou “da redação”? Como vítimas e agressor foram caracterizadas/os? Qual o gênero das fontes presentes nos conteúdos jornalísticos? Como foi grafada a violência de gênero, como “crime passionnal” ou “feminicídio”? Quais similaridades ou diferenças é possível identificar entre a cobertura noticiosa tradicional e a alternativa?

Responder a esta diversidade de questões foi possível em virtude de os conteúdos jornalísticos analisados⁶ terem sido produzidos por veículos jornalísticos variados em

⁵A escolha desse material foi feita a partir dos resultados da primeira página do *Google*, por meio das seguintes palavras-chave: feminicídio, crime passionnal, relacionamento abusivo, mulher assassinada.

⁶Os nove conteúdos jornalísticos selecionados para este estudo foram: 1-“Em quatro dias, mais de 300 vítimas denunciam João de Deus” (Estadão). Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/em-quatro->

relação à dimensão de seu público-alvo (segmentado ou geral) e modelo organizacional (tradicional, estatal ou alternativo). Seis dos nove conteúdos noticiosos analisados são de jornais e revistas tradicionais. Em uma fase de identificação das marcas discursivas nos textos, identificamos que cinco dos conteúdos foram assinados por mulheres, três por “redação” e apenas um por homem, o que demonstra que essa temática é uma pauta destinada às mulheres jornalistas. Quanto ao gênero jornalístico, seis se configuram como notícias e três como reportagens. Além disto, verificamos que a temática violência de gênero/contra a mulher ocupa editoriais variadas nos jornais e nas revistas, como “Política”, “Direitos Humanos”, “Brasil”, “Saúde e Ciência”, “Violência contra a mulher”, “Relacionamento e Sexo”, “Segurança” e “Geral”. Isto nos faz refletir a gama de abordagens que este tema suscita e como vem sendo observado de pontos de vista diferenciados pelo jornalismo. Quanto ao gênero das fontes utilizadas nos conteúdos, foram identificadas nove mulheres, seis homens e seis sem identificação, inclusive duas fontes especializadas femininas. Essa constatação demonstra que há um aumento de mulheres como fontes, inclusive como especialistas, algo que até então não era tão comum de encontrar na mídia jornalística. Isso é amplamente endossado pela mídia alternativa feminista, como é o caso dos dois veículos analisados (*AzMina* e *Capitolina*), os quais buscam dar preferência à voz das mulheres.

2.1.1 Escolha de palavras: crime passional x feminicídio

Ao observar as marcas discursivas de como o acontecimento foi narrado pelos veículos, observamos que dois dos nove conteúdos jornalísticos indicam o ciúme do agressor como motivação do crime de feminicídio. Em uma delas (3), assinada por “redação”, utiliza-se o termo “crime passional” no primeiro parágrafo do texto, em vez

dias-mais-de-300-vitimas-denunciam-joao-de-deus/>. Acesso em: 11 abr. 2019; 2-“Número de feminicídios cresce 83% nos primeiros meses de 2019 em SC” (G1-SC). Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/03/19/no-de-feminicidios-cresce-83-nos-primeiros-meses-de-2019-em-sc.ghtml>>. Acesso em: 11 abr. 2019; 3-“Incêndio criminoso deixa mulher morta em Gravataí” (Gaúcha ZH). Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2016/10/incendio-criminoso-deixa-mulher-morta-em-gravatai-7762489.html>>. Acesso em: 11 abr. 2019; 4-“Apoio de uma amiga pode salvar uma vítima de violência. Saiba como ajudar” (*AzMina*). Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/violencia-domestica-veja-como-ajudar-uma-vitima-a-sair-da-relacao/>>. Acesso em: 11 abr. 2019; 5-“Mais de 500 mulheres são agredidas por hora no Brasil, revela pesquisa” (Agência Brasil). Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-02/mais-de-500-mulheres-sao-agredidas-por-hora-no-brasil-revela>>. Acesso em: 11 abr. 2019; 6-“Mulher é espancada por quatro horas durante primeiro encontro” (Veja). Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/mulher-e-espancada-por-quatro-horas-durante-primeiro-encontro/>>. Acesso em: 11 abr. 2019; 7-“Mulher morre em SP após ter o corpo queimado pelo namorado” (G1-SP). Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/08/mulher-morre-em-sp-apos-ter-o-corpo-queimado-pelo-namorado.ghtml>>. Acesso em 11 abr. 2019; 8-“Quando mulher vive uma relação abusiva, todo seu corpo sofre, entenda” (Extra). Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/quando-uma-mulher-vive-uma-relacao-abusiva-todo-seu-corpo-sofre-entenda-21334528.html>>. Acesso em: 11 abr. 2019 e 9-“Relacionamentos abusivos” (*Capitolina*). Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/relacionamentos-abusivos/>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

de “feminicídio”. Na outra (7), assinada pelo único jornalista homem deste recorte empírico, embora o termo “crime passional” não tenha sido utilizado, enfatiza-se que o crime foi motivado por ciúmes. A escolha de certas palavras em detrimento de outras para significar o crime revela uma disputa política no campo de sentidos de como a violência de gênero e contra a mulher pode ser qualificada: algo romantizado movido por paixão e ciúme (passional) ou como um ato de violência em razão de seu gênero, nesse caso, o feminino (feminicídio). A primeira opção tende a amenizar e justificar socialmente a violência de gênero - como se esta pudesse ser atribuída a algum fator causado pela vítima -, enquanto a segunda externa que não há explicação plausível para crimes desta natureza a não ser a agressividade da/o criminoso/a.

Combinado a isto, ainda que de maneiras diferentes, ambos os textos utilizaram outras estratégias discursivas de suavização e/ou normalização da violência. Uma delas (3) é a caracterização do feminicídio como um assassinato sem tipologia específica, num processo de descontextualização da violência de gênero do seu contexto histórico e político. A outra (7) se concretiza por meio do apagamento do protagonismo do agressor na ação de assassinar, pela escolha da composição narrativa “mulher morre”, ao invés de “homem mata”. Além disto, o uso de “mulher morre” também não especifica em si mesmo a causa da morte, o assassinato pelo fato da vítima ser mulher, descontextualizando-se também o crime como motivado pelo gênero.

2.1.2 A cobertura por mulheres jornalistas

Percebemos duas tendências na cobertura noticiosa realizada por jornalistas mulheres: uma de viés educativo (4, 8 e 9) e outra de viés meramente informativo e pouco problematizador (1 e 5). Parte disto pode ter correlação com o gênero jornalístico a que pertence os conteúdos analisados. Os que seguem a primeira tendência se configuram como reportagem, um gênero não necessariamente ligado a um acontecimento novo, além de apresentar uma perspectiva mais interpretativa e contextualizada. Já os que seguem a segunda se configuram como notícia, um gênero ligado ao factual, à novidade e à ordem do imediato (LAGE, 2005).

A despeito, em nenhum conteúdo noticioso assinado por elas, seja nos veículos jornalísticos tradicionais ou alternativos, se verificou a tentativa de justificação social do crime como algo possivelmente motivado pela vítima, a exemplo dos casos anteriores, em que o ciúme é colocado como causa da violência.

Nas duas reportagens (4 e 9) provenientes dos dois veículos alternativos selecionados para esta análise, o jornalismo cumpre um papel predominantemente didático. Busca-se esclarecer em ambas o que é um relacionamento abusivo e como identificá-lo. Em uma (4) delas, todas as fontes especialistas e cidadãs selecionadas foram mulheres e na outra (9), os dados obtidos por meio de livro endossavam a perspectiva feminista sobre a violência de gênero. Além disto, verificou-se que em ambas havia uma caracterização da vítima e do agressor diferenciada se relacionada aos veículos tradicionais e estatal. Ao identificar como a pessoa violentada foi chamada, verificamos que do total de 31 vezes em que a palavra “vítima” apareceu nos oito veículos analisados, em 18 vezes (58% do total) foi localizada nos dois veículos alternativos deste recorte empírico. Chama atenção também que, do total dos conteúdos noticiosos analisados, em 22 vezes foi chamada como “mulher”, duas vezes como “jovem” e uma vez como “moça”. Isso demonstra essa falta de caracterização da vítima, muitas vezes tendo seu nome e história invisibilizados em detrimento de uma qualificação. Já a pessoa que comete o ato violento foi chamada como “agressor” 18 vezes, sendo 14 delas (77,7% do total) verificadas em conteúdos jornalísticos dos veículos alternativos. Ainda, chama a atenção que, levando em conta o total dos conteúdos noticiosos, o agressor é identificado pela profissão por nove vezes e como “namorado” por oito vezes. Isso indica uma insistente classificação da pessoa que comete a violência de gênero ainda pelo seu status social ou vínculo com a vítima, não como alguém que passa a ser o acusado ou suspeito do crime.

Dados como estes possibilitam a reflexão de como os veículos alternativos, de público segmentado e perspectiva de gênero, estão à frente em relação aos demais na busca por escolha de palavras mais precisas para qualificar a violência de gênero e contra a mulher como um problema social a ser significado sob a lupa das pautas feministas.

Dos três outros conteúdos noticiosos assinados por mulheres jornalistas de veículos tradicionais e destinados para um público mais amplo, percebemos que apenas um (8) trata da violência de gênero sob um aspecto educativo. Nesta, especificamente, se verifica também a tendência de ouvir fontes predominantemente femininas e a busca por conferir sentido ao relacionamento abusivo por um viés peculiar: como a violência psicológica pode afetar não apenas a saúde mental das mulheres, mas também a saúde física. Isto revela a tentativa da jornalista de externar a gravidade e a complexidade deste tipo de violência.

Nas outras duas notícias (1 e 5), verificamos marcas discursivas que sugerem nula ou pouca problematização da violência de gênero. Em uma destas (5), são trazidos dados quantitativos significativos de uma pesquisa de âmbito nacional para a discussão deste tipo violência, mas os números não são problematizados. Já na segunda (1), em que se trata do caso de denúncia de abuso sexual praticada por João de Deus, das quatro fontes ouvidas na notícia sobre o acontecimento, duas são homens (João de Deus e advogado), uma institucional (Ministério Público de Goiás) e uma mulher (a filha do criminoso que também sofreu abuso sexual). Ainda assim, ao que esta última fonte diz é destinado espaço pouco significativo no texto em relação às outras.

2.1.3 Foco em dados de pesquisa e recursos visuais

Nos dois conteúdos (2 e 5) que enfocam na leitura de dados disponibilizados por pesquisas oficiais - sendo um em veículo tradicional, outro em estatal -, os casos de violência de gênero e contra a mulher são fornecidos por instituições que investigam a segurança pública no estado de Santa Catarina e no Brasil. Em ambos, os dados não foram comentados ou analisados por jornalistas ou fontes. Marcas discursivas deste tipo indicam que o jornalismo, nestes dois casos, apesar de trazer visibilidade à temática da violência de gênero a partir de dados quantitativos mais gerais que contabilizam os casos de violência local e nacional, colabora timidamente para sua problematização no debate social.

Além disto, chama a atenção o recurso visual que é usado em conteúdo noticioso deste tipo: os gráficos. Apenas em uma (2) destas notícias estes estão inseridos, e ainda com bastante frequência (cinco vezes). Percebemos assim a preocupação jornalística em facilitar a leitura dos números, utilizando-se de uma estratégia visual. Na outra (5), para ilustrar de forma mais geral a questão da violência de gênero trazida pelos números, houve a opção pela publicação de uma fotografia que remete a um espaço onde o assédio sexual ocorre com frequência, o transporte público lotado.

Já nos outros conteúdos noticiosos sobre violência de gênero, destacam-se as fotos ilustrativas ou ilustrações, as quais foram utilizadas também cinco vezes. As fotografias de personagens dos acontecimentos vêm em seguida como recurso visual mais usado (quatro vezes). Em duas delas (6 e 7), assinadas por “da redação” e por jornalista homem, respectivamente, a pessoa fotografada é a vítima, enquanto apenas uma expõe visualmente quem é o agressor (1). Isto só ocorreu, contudo, na notícia em que o agressor é uma pessoa socialmente conhecida, no caso o João de Deus.

É perceptível também que em uma (6) das fotos que expõe a vítima, o rosto dela é apresentado pós-espancamento, portanto desfigurado. Estas marcas visuais remetem à discussão sobre a questão do realce dado às pessoas violentadas e da pouca visibilidade ofertada ao agressor em casos de violência de gênero proposta por Cardoso e Vieira (2014). Como exposto por Cerqueira e Cabecinhas (2015), as questões de visibilidade são centrais para perceber de que maneira é tratado determinado assunto. Por isso, partimos do entendimento que uma exposição do rosto desfigurado da vítima, embora possa chamar atenção para a brutalidade do fato, também pode ser uma forma de negligenciar a ação do agressor, focando apenas no retrato da vítima e em seu sofrimento, sem chamar a responsabilidade para quem praticou o ato.

2.2 Análise das falas/intervenções

Em um segundo momento da análise e com a finalidade de compor uma análise relacionada à crítica (metacrítica) elaborada pelas/os alunas/os, utilizamos a Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2011) como metodologia norteadora. Assim, optamos por uma análise temática, em que se torna possível perceber os “núcleos de sentido” que caracterizam as intervenções para então categorizá-los e interpretá-los.

Em meio à exploração do material coletado, é notável uma recepção negativa relativa à cobertura jornalística sobre violência de gênero. Perpassa pelas diferentes falas, de maneira geral, a ideia de que o jornalismo está “pior”, por vezes classificado como “manipulador” e “corrompido”, como pode ser visto em: “[...] percebo que tem muita manipulação de informações na grande mídia, ela não problematiza alguns assuntos, se preocupa mais com venda e audiência. [...]” (Aluno/a A, 28 de março de 2019).⁷ Essa perspectiva pode ser interpretada a partir de dois vieses: resultado de uma criticidade relacionada à mídia, à medida que se dissolve a noção de público acrítico e passivo, que somente recebe as informações sem questioná-las ou, ainda, entendida por meio de uma erosão da credibilidade jornalística frente ao contexto atual político-social, endossado, muitas vezes, por uma descrença na mídia que parte de uma compreensão desta como produtora de notícias falsas.

⁷Alguns trechos de falas/intervenções foram selecionados para ilustrar a categorização temática. Em razão de nós estarmos também participando das discussões na roda de conversa, algumas falas não foram transcritas. Assim, trabalhamos a partir de um universo de aproximadamente 40 falas.

Após essa aproximação inicial com o material, percebemos cinco “núcleos de sentido” principais, a saber: relevância, visibilidade, sutileza, culpabilização e naturalização. Sobre cada um deles, especificamos:

a) *relevância*

“Eu acho esse assunto (feminicídio) bem importante de a gente ver na TV e nas redes sociais. As pessoas deveriam dar mais ênfase para isso do que outras coisas. [...]” (Aluna/o B, 28 de março de 2019);

Refere-se à importância de eleger como pauta jornalística temas relacionados à violência de gênero. Assim, é possível perceber que essa temática se mostra pertinente para as/os adolescentes, que se mostram engajadas/os na discussão política já preconizada nos anos 1970 pelo movimento feminista brasileiro;

b) *visibilidade*

“[...] quando os assuntos (de violência) são pautados é de uma forma muito sutil, com leveza. E são assuntos muito sérios, precisa ter mais visibilidade, ser tratado com seriedade. [...]” (Aluna/o C, 28 de março de 2019).

Ao encontro do exposto por Cerqueira e Cabecinhas (2015) sobre a importância da visibilidade e da invisibilidade acerca de determinados assuntos, essa categorização pode ser percebida tanto pela falta quanto pelo excesso. Sobre a primeira, o sentido mobilizado é de uma necessidade por mais evidência relacionada à violência, trazendo-a para a arena de discussão pública. Já sobre a segunda, é tencionado o lado negativo da visibilidade, relacionado à exposição da vítima pela mídia. É o caso, por exemplo, das fotografias presentes nos conteúdos jornalísticos, sobre as quais falamos acima.

c) *sutileza*

“Em muitas notícias mulheres são tratadas só como número e às vezes isso ajuda a banalizar as situações sem acontecer o debate sério sobre o que é feminicídio [...]” (Aluna/o D, 28 de março de 2019).

A respeito dessa categoria, as falas vão no sentido de perceber que o tratamento abordado pela mídia jornalística é de tornar sutis os fatos, suavizando-os e tornando-os menores que são. Maneiras de fazer isso podem ser visualizadas nos conteúdos noticiosos (2 e 5), em que dados estatísticos sobre violência de gênero são trazidos sem serem problematizados ou interpretados. Como afirmado por Pereira (2009), essa ideia é percebida justamente pela ação de tornar a violência como algo trivial em meio à amplitude de assuntos que são pautados pela mídia diariamente;

d) *culpabilização*

“[...] por que você acha que a mídia *mainstream* faz isso de culpar a vítima?” (Aluno/a E, 28 de março de 2019).

O questionamento da/o aluna/o na roda de conversa parte de uma perspectiva de que a culpabilização a vítima é algo percebido pelas/os adolescentes, a partir de um entendimento que a mídia (aqui colocada como *mainstream*, ou seja, a tradicional)

estereotipa as vítimas a ponto de enxergá-las como agentes ativas de sua própria violência. Essa compreensão pode ser endossada por Cardoso e Vieira (2014), que atentam para a noção da mídia como contribuinte para a ideologia de hegemonia masculina. Porém, isso pode entrar em conflito com a menção de Pereira (2009), a qual entende as mulheres como passivas mesmo quando ativas em seu destino, já que aqui são colocadas como promotoras de sua própria condição. Mesmo assim, persiste a noção que há um esforço geral da mídia jornalística em colaborar com a manutenção de uma estrutura social embasada no patriarcalismo;

e) *naturalização*

“[...] há famosos, tipo o goleiro Bruno, que matou a mulher e o cara foi ovacionado por torcida que usou até máscara de cachorro para receber ele. Ele não sofreu nenhuma consequência profissional. Foi tudo naturalizado pela mídia e pelas pessoas. [...]”(Aluna/o F, 28 de março de 2019).

O núcleo de sentido que se refere à naturalização da violência é central para a leitura feita pelas/os alunas/os. No trecho selecionado, a fala da/o aluna/o traz um caso amplamente debatido pela mídia alguns anos atrás, o qual teve notoriedade nacional. A partir disso, pode-se entender que a mídia é vista como agente elementar para a construção da naturalização das violências, como exposto por Rifiotis (1999). Por ser uma instituição social que ocupa um lugar substancial na sociedade contemporânea, o discurso que busca “normalizar” a violência acaba por englobar, de forma abrangente, todos os outros “núcleos de sentido” presentes nas categorizações. Isso em razão de que, principalmente, as noções de sutileza, culpabilização e visibilidade tornam viáveis uma compreensão própria acerca da violência de gênero, a qual perpassa pela ideologia ainda dominante na sociedade que encerra na persistente hegemonia masculina.

Considerações finais

A violência de gênero é um assunto que permeia o espaço público de discussão, mais ainda pelas recentes conquistas legislativas do movimento feminista brasileiro. A mídia jornalística, como instituição constituinte da sociedade, acaba por disputar os significados acerca dessa temática. Embora este artigo trate de questões relacionadas à mídia, é um trabalho não alheio ao campo político. Isto porque se refere a um estudo sobre a cobertura jornalística bem como sobre as vozes que repercutem as lutas sociais em sua dimensão simbólica e estratégica, como já havia sido referido anteriormente por Rifiotis (2015).

A partir da pesquisa empreendida, pode-se inferir que há certo nível de relativização da violência de gênero na sociedade contemporânea, o que pode ser

corroborado pela cobertura feita pela mídia jornalística. Ainda que este estudo não apresente uma perspectiva generalizante acerca do jornalismo, inclusive pelo fato de o recorte empírico ser reduzido, é possível elucidar aspectos relevantes para uma leitura crítica da cobertura noticiosa brasileira atual.

Um aspecto a ser destacado a partir do estudo é que em nenhum dos conteúdos jornalísticos assinados por mulheres que foram analisados há a qualificação do crime de feminicídio como crime passional ou motivado por ciúmes, como ocorreu no único conteúdo noticioso assinado por jornalista homem e em outro assinado por “da redação”. Isso demonstra um maior entendimento da importância da tipificação da violência de gênero por parte das jornalistas mulheres e uma visível tentativa de justificação do crime por parte dos profissionais homens. Além disso, a cobertura dessas jornalistas segue duas tendências: uma educativa e engajada e outra informativa, mas pouco problematizadora. Parte disto pode ter correlação com o gênero jornalístico a que pertence os conteúdos analisados. Isso ocorre em razão dos conteúdos de viés educativo se configurarem como reportagens e todas as especificidades que este gênero demanda.

Também a partir da análise, foi possível inferir que os conteúdos noticiosos os quais divulgam dados estatísticos são superficialmente explorados, deixando em segundo plano a necessidade uma análise qualitativa. Outro aspecto se refere aos recursos visuais, em que há um enfoque - por vezes excessivo - nas vítimas em detrimento dos agressores, o que demonstra uma problemática relacionada à dicotomia de invisibilidade/visibilidade nos casos de violência.

Podemos elencar a escolha de palavras como de suma importância. A escolha de termos como “crime passional” e “feminicídio” denotam um posicionamento político, que vai ao ou de encontro às múltiplas possibilidades de abordagem acerca da violência de gênero. Optar por nomear o agressor pelo seu status social, grau de familiaridade ou como autor/a da ação, ou ainda a vítima não ser nomeada ou tratada por pronomes que buscam suavizá-la, como “jovem” ou “moça”, demonstram uma preocupação em enfatizar e responsabilizar as/os envolvidos pelo crime, bem como despersonificar as mulheres que sempre tiveram suas histórias invisibilizadas pela mídia.

Frente a essa análise, é possível inferir que há esforços, principalmente no que se refere ao jornalismo alternativo, em disputar outras visões sobre a violência e classificá-las enquanto problemática social. Isso se traduz no constante cuidado em nomear os fatos, crimes e personagens tais como estão presentes no fato, além de produzir conteúdos

preocupados em contextualizar e produzir conhecimento a partir da prática jornalística. Com isso, percebemos que é importante não falarmos do jornalismo como um todo, mas em “jornalisms” e as suas coberturas sobre a violência de gênero.

Acerca das falas e intervenções das/os estudantes, foi permitido entender, a priori, de que maneira está organizada uma leitura sobre a cobertura jornalística sob a ótica de pessoas externas à produção jornalística. Vista a partir de um ponto de vista predominantemente negativo, infere-se que as perspectivas vão no sentido de entender a mídia noticiosa enquanto contribuinte para a naturalização da violência.

Embora tenhamos percebido uma estruturação sistemática de crítica midiática na rede difusa criada pelo projeto “Educação para Crítica de Mídia em Escolas Públicas” como categoriza Braga (2006), ainda não é realizável concluir se os argumentos apresentados estão embasados em uma crítica de mídia a partir de um entendimento como Marques de Melo (1985) e Paulo Freire (2011) propõem. Isto em virtude de não podermos identificar, neste estudo, em que medida as opiniões das/os estudantes foram motivadas por uma reflexão crítica acerca da atuação jornalística e/ou pelo contexto sócio-político atual que fomenta uma descrença nos conteúdos noticiosos, ao mesmo tempo que oportuniza a proliferação de conteúdos falsos. Para isso, admite-se que serão necessários mais encontros e discussões, bem como entrevistas em profundidade ou até mesmo estudos de recepção, a fim de que se perceba se de fato essas reflexões são advindas de uma capacitação crítica relacionada à mídia. Como esforço inicial, entendemos que uma pesquisa de crítica de mídia, que engloba tanto a crítica quanto a metacrítica se traduz em uma necessidade de pensarmos tanto a produção que cabe ao processo jornalístico, quanto à recepção destes conteúdos para quem escrevemos. Neste sentido, se faz amplamente necessário refletirmos sobre as temáticas e a forma de abordagem que estamos empregando, com a finalidade de propormos novos questionamentos ao jornalismo produzido atualmente.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

CARDOSO, Isabela Cristina Barros; VIEIRA, Viviane. O discurso de títulos de notícias sobre violência sexual: a mídia on-line e a culpabilização da vítima de estupro. **EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 7, p. 68-81, dez. de 2014.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **RBCS**, São Paulo, v. 23, n. 66, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**, 2ª edição, 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/>>. Acesso em 5 mai. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas e perspectiva**. São Paulo: Paulus, 2008.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5ª. ed. São Paulo: Ática, 2005.

MARQUES DE MELO, José. **Para uma leitura crítica da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1985.

MCQUAIL, Denis. **Atuação da Mídia**. Porto Alegre: Penso, 2012

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 17, n. 2, p. 485-505, mai/ago 2009.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 28-41, 1999.

_____. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da "violência de gênero". **Cadernos pagu**, Campinas, n. 45, p. 261-295, jul/dez. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2005.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, v. 5, n. 10, p. 18-36, 19 dez. 2011.

UNODC. **Global study on homicide: gender-related killing of women and girls**, 2018. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/GSH2018/GSH18_Gender-related_killing_of_women_and_girls.pdf> Acesso em: 2 mai. 2019.